



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**

GABINETE DO DEP. ESTADUAL LÉO LOUREIRO

Palácio Tavares Bastos

Praça D. Pedro II, s/nº - Centro – Maceió – Alagoas – CEP: 57020-900.

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1835/2019  
Data: 08/08/2019 - Horário: 15:51  
Legislativo

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 2019**

**Dispõe sobre a criação da 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência - DEAPD do Estado de Alagoas e dá outras providências.**

**A Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas decreta:**

**Art. 1º** - Fica criada na estrutura organizacional da Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado de Alagoas a 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência – DEAPD do Estado de Alagoas, com sede nesta capital.

**Parágrafo único** - Poderão ser instituídas, mediante decretos específicos, outras Delegacias de Polícia da Pessoa com Deficiência no Estado, seguindo as mesmas atribuições e consonante com a experiência da 1ª Delegacia criada por este artigo.

**Art. 2º** - A Delegacia Especial de Atendimento a Pessoa com Deficiência deverá possuir em seu quadro, Intérpretes de Libras, Psicólogos e Assistentes Sociais, voltados para os primeiros atendimentos a Pessoa com Deficiência.

**Art. 3º** - A Delegacia disponibilizará uma linha telefônica 0800 com o objetivo de receber denúncias e informações sobre maus tratos, discriminação, desrespeito à cidadania ou qualquer outro tipo de agressão a pessoa com deficiência.

**Art. 4º** - A 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência do Estado de Alagoas tem por atribuições:



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEP. ESTADUAL LÉO LOUREIRO

Palácio Tavares Bastos

Praça D. Pedro II, s/nº - Centro – Maceió – Alagoas – CEP: 57020-900.

---

**I** – Investigar e apurar, concorrentemente com as Delegacias de Polícia Distritais, Municipais e Especializadas, infrações penais praticadas contra pessoas com deficiência, total ou parcial, permanente ou provisória, previstas no Título I, Capítulos I, II, III, V e VI; no Título II, Capítulo V; no Título VI e; no Título VII, Capítulo III, do Código Penal; na Lei federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

**II** – Cumprir requisições do Poder Judiciário, do Ministério Público e de outras autoridades administrativas com atribuições legais, na forma da legislação vigente;

**III** – Realizar diligências investigatórias visando prevenir e reprimir os crimes cuja apuração seja de sua competência;

**IV** – Elaborar estatísticas mensais, anuais ou periódicas e, ainda, relatórios das atividades desenvolvidas, por determinação de autoridades policiais superiores;

**V** – A prestação de consultoria e apoio técnico a demais órgãos de polícia do Estado de Alagoas em casos envolvendo Pessoas com Deficiência;

**VI** – A centralização e a difusão de dados e denúncias sobre crimes e atos de violência contra a Pessoa com Deficiência.

**Parágrafo único** - Para execução das atribuições previstas neste artigo, a Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência deverá buscar parcerias com entidades públicas e particulares que se destinem ao atendimento, promoção e defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, formando uma equipe multidisciplinar a fim de otimizar o atendimento.

*Je*



ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEP. ESTADUAL LÉO LOUREIRO

Palácio Tavares Bastos

Praça D. Pedro II, s/nº - Centro – Maceió – Alagoas – CEP: 57020-900.

---

**Art. 5º** - O atendimento à pessoa com deficiência deverá ser formalizado na Repartição policial mais próxima de sua residência, que encaminhará o procedimento registrado para a Delegacia Especializada.

**Art. 6º** - O Delegado Geral da Polícia Civil, observando a demanda e a necessidade funcional, poderá determinar a criação de outras Delegacias Especializadas no Atendimento às Pessoas com Deficiência por ato administrativo próprio.

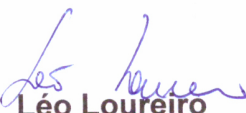
**§ 1º** - O Superintendente de Polícia Judiciária da Delegacia Geral da Polícia Civil expedirá os atos de lotação de Delegados Adjuntos, Escrivães e Agentes de Polícia em número suficiente para atender às necessidades funcionais.

**Art. 7º** - A Secretaria da Segurança Pública do Estado de Alagoas terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias para implantar a 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência do Estado de Alagoas.

**Art. 8º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do Orçamento do Estado, que também fica autorizado a abrir crédito suplementar.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió, 08 de agosto de 2019.**

  
**Léo Loureiro**  
Deputado Estadual





ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEP. ESTADUAL LÉO LOUREIRO

Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº - Centro – Maceió – Alagoas – CEP: 57020-900.

---

### JUSTIFICATIVA

De acordo com dados do Censo de 2010, o Brasil possui 45.623.910 de pessoas que apresentam, pelo menos, uma deficiência, o que representa 23,92% do total da população (número maior que o de idosos e de crianças, isoladamente considerados). Em Alagoas, 859.515 pessoas possuem algum tipo de deficiência, sendo 536.248 visuais, 146.056 auditivas, 173.545 motoras e 59.954 com deficiência intelectual.

Com a escalada dos acidentes de trânsito, sinistros em locais de trabalho, poluição, estresse e envelhecimento da população, a expectativa é que o percentual de pessoas com algum tipo de deficiência na população aumente 30% nos próximos 10 anos.

Desta maneira, o Estado deve se adequar à nova realidade, assim como formalizou as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e a de Proteção à Criança e ao Adolescente.

A maioria dos crimes que vitimam tal público (abandono material, maus tratos, apropriação, crimes sexuais e violência doméstica), ocorrem no âmbito doméstico, incitando abordagem diferenciada e multidisciplinar, diante do laço afetivo entre vítima e agressor, da vulnerabilidade imposta pela deficiência e da necessidade de continuidade do atendimento, que funde o trabalho policial e assistencial. Assim, o treinamento dos servidores deve ser especial e direcionado, focando a acessibilidade e a recepção pois a simples responsabilização criminal do autor não satisfaz a ânsia de Justiça.

Importante ressaltar que a criação desta Repartição por Lei permitirá a formalização de convênios com órgãos públicos e privados e instituições de ensino para a otimização do atendimento. Servirá como parâmetro para que outros órgãos públicos e empresas respeitem os direitos das pessoas com deficiência, inaugurando uma nova postura na sociedade. O caráter preventivo disseminado sobrepujará o punitivo.

Assinatura manuscrita em azul.





ESTADO DE ALAGOAS  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
GABINETE DO DEP. ESTADUAL LÉO LOUREIRO

Palácio Tavares Bastos

Praça D. Pedro II, s/nº - Centro – Maceió – Alagoas – CEP: 57020-900.

---

Ademais, insta observa-se que o acesso à justiça, consagrado na Constituição Federal de 1988, art. 5º, XXXV, ainda que seja conceito amplo, traduz na sua literalidade, direito humano e essencial ao completo exercício da cidadania.

Não obstante, em meados de 2015 foi sancionada a Lei 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão – LBI, a qual entrou em vigor em janeiro do corrente ano. Trata-se de uma das legislações mais modernas do mundo na área de inclusão. A lei em comento prevê no seu art. 79 o dever do poder público de assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

Conclui-se que a criminalidade não pode ser enfrentada apenas por meio do poder de polícia, devendo ser combinada com massivos investimentos no setor social, em que estão as verdadeiras raízes do problema. A formalização da 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência representa aproximação do Estado e da Polícia Civil com a realidade social e com projetos multidisciplinares de centralização e acessibilidade dos serviços públicos.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

**Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió, 08 de agosto de 2019.**

**Léo Loureiro**  
**Deputado Estadual**